

Comissão especial tratará da criação dos novos Estados

BRASÍLIA — No acordo para a votação em bloco das Disposições Transitórias, as lideranças dos vários partidos e do Centrão decidiram incluir a criação — através de lei a ser votada pelo Congresso — de uma comissão especial, que discutirá a viabilidade ou a necessidade de se realizar uma redivisão territorial no País. Somente o Estado de Tocantins terá a sua formação garantida. As demais propostas de criação de novos estados ficarão suspensas até o início dos trabalhos da comissão. Esta decisão não atinge, porém, a emenda que propõe um plebiscito sobre a fusão dos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

O único ponto ainda polêmico refere-se a Tocantins: é o da utilização das normas legais disciplinadoras da divisão do Estado do Mato Grosso, prevista no texto do Centrão. Segundo o Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), este dispositivo permitiria que toda a dívida externa e interna da região, bem como o pagamento dos pensionistas da Previdência, fossem transferidos para a União. As lideranças querem convencer o Centrão a aceitar um destaque de votação em separado, para a retirada deste dispositivo.

O acordo prevê ainda a transformação dos atuais territórios do Ama-

pá e de Roraima em Estados. Nos dois casos, serão utilizadas as normas e os critérios que serviram à criação do Estado de Rondônia, efetivando-se a instalação com a posse dos Governadores a serem eleitos em 1990. A homologação dos atuais limites territoriais do Estado do Acre com os Estados do Amazonas e de Rondônia dependerá de levantamento cartográfico a ser realizado por uma comissão de representantes dos três Estados e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

●VALLE RESPONDE — O Deputado Álvaro Valle (RJ), respondeu ontem, em discurso, às críticas de um ex-Governador do Rio de Janeiro, o Almirante Faria Lima, que não aprovou sua defesa da emenda que prevê um plebiscito sobre a fusão dos antigos Estados do Rio e da Guanabara.

— Não discuto agora se convém ou não a desfusão, passados tantos anos. Mas creio ser indispensável a consulta popular, em respeito, ao menos, à cultura jurídica brasileira — afirmou Valle. Para o Deputado, o antigo Estado da Guanabara foi simplesmente "risca do mapa", sem qualquer consulta ao povo.

— Se fizeram isso com a Guanabara, tecnocratas do futuro poderão fazê-lo com Minas, São Paulo ou qualquer dos outros Estados — concluiu.

Sobre a afirmação de que a desfusão só beneficiaria a ele próprio e a Leonel Brizola, o Deputado disse que "isto prova apenas que o ex-Governador Faria Lima continua não entendendo nada de política".

28 JUN 1988

AUC

P 5